

Galvêas alerta para estagnação econômica

CORREIO BRAZILIENSE

3 JAN 1988

LIANA VERDINI
Da Sucursal

Rio — N-ao é fora de propósito imaginar que o Brasil possa percorrer nos próximos anos o mesmo caminho que marcou a estagnação da economia argentina". O alerta feito com a mesma calma de quem fuma despreocupadamente um cigarro é do ex-ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Afastado da vida pública desde que deixou o ministério, em março de 85, Galvêas prevê dias difíceis para a economia nacional, baseado na sua experiência no setor privado, principalmente no Contrato DTVM e na C.R. — Cartão de Ração. Aos 65 anos de idade, Galvêas dá a sua fórmula para reverter esse processo de degeneração da economia brasileira. "E preciso se formular uma política adequada para reduzir as dimensões do déficit público e a participação do Estado no domínio econômico. Essa é a única forma de abrir maiores espaços para a produção privada e a melhoria de padrão de vida dos trabalhadores".

Como o sr. analisa o desempenho da economia brasileira em 87?

A economia brasileira em 87 foi prejudicada pelos erros cometidos na formulação da política econômica em 1986 e em 1987. Também em 87 os acontecimentos na área política constituíram pontos de perturbação na área econômica, agravando o clima de incerteza e desconfiança que são elementos importantes na decisão de investimento dos empresários privados.

O sr. se referiu a erros na formulação da política econômica. Quais os exemplos que o sr. daria e que redundaram na inflação recorde desse ano?

Basicamente em 86 foi feito um diagnóstico equivocado da situação brasileira. Ao invés de aproveitar os fatores positivos da área externa, como a queda das taxas de juros e dos preços do petróleo, para sustentar um ritmo crescente da atividade econômica, o Governo enveredou por uma política populista de reajustes desproporcionais de salários, que levaram a uma exacerbação do consumo e a um ritmo desenfreado de inflação. Combinados esses fatores com uma expansão inusitada do déficit público, o Governo acabou se vendo a braços com uma inflação galopante e, sem outras soluções, acabou escolhendo a via de congelamento de preços e salários como a única alternativa para impedir uma hiperinflação. O Plano Cruzado, recebido com aplausos pela sociedade, inclusive pelos políticos, empresários e trabalhadores, poderia ter sido um instrumento para quebrar o ímpeto da inflação. Entretanto, a sua administração foi realizada de forma incompetente e sob forte influência política, condicionada às eleições de novembro daquele ano. O resultado de todos nós conhecemos. Foi a desorganização da produção, o descontrole da política salarial e o agravamento da intervenção do Estado nas atividades econômicas. Ao final de 86, a economia brasileira estava totalmente desorganizada.

O sr. diria que o ministro Bresser insistiu nos erros de seu antecessor?

A experiência de Bresser foi válida, uma vez que as expectativas inflacionárias eram de tal ordem que somente um choque na área de preços e salários poderia evitar a hiperinflação e a recessão simultânea. Mas essa experiência de junho de 87 cometeu o equívoco de promover um brutal arrocho salarial no momento em que a demanda global e a produção industrial já indicavam o caminho da recessão. A situação só não ficou muito mais grave porque o sistema de reajustamento pela média



Galvêas

trimestral (URP) não funcionou, uma vez que todas as categorias sindicais, através das negociações coletivas, conseguiram reajustes de salários acima dos índices de inflação. Isso com a participação mesma das classes empresariais, que sentiram a necessidade de desrespeitar o Plano Bresser e conceder antecipação dos reajustes salariais para salvar suas empresas. Felizmente a política cambial foi conduzida com maior eficiência e a manutenção das minidesvalorizações e os dois midireajustamentos de junho e julho reativaram as exportações e recuperaram os saldos positivos da balança comercial que já haviam passado ao negativo ao final de 1986 e início de 87.

Diante desse quadro, qual é a real situação da economia brasileira?

Fazendo um resumo de 1987, o que vemos é que a economia brasileira está vivendo uma conjuntura de recessão, enquanto a inflação vai ganhando cada vez mais força, tendo chegado a mais de 14 por cento em dezembro e com tendências de agravamento nos primeiros meses do próximo ano. Registre-se, entretanto, o comportamento favorável das exportações e o saldo da balança comercial superior a 10,5 bilhões de dólares. Por outro lado, no ano de 87 continuaram paralisados os investimentos tanto no setor público como no privado, de modo que a economia só não sofreu trauma de grande profundidade pelo fato de existir ainda um nível importante de capacidade ociosa no parque industrial. Medido em termos de PIB, o comportamento da economia brasileira foi muito ruim, apesar dos efeitos positivos da safra agrícola.

Com a paralisação dos investimentos verificada ao longo desse ano, há o risco do sucateamento do parque industrial brasileiro?

Não é fora de propósito imaginar que o Brasil possa percorrer nos próximos anos o mesmo caminho que marcou a estagnação da economia argentina nos últimos 15 anos. O clima de incertezas, o excesso de burocracia, a atitude política revelada nas primeiras manifestações da Assembleia Constituinte, com a demonstração de um nacionalismo e um xenofobismo contrários à criação de um clima de segurança para os empresários nacionais e estrangeiros, poderá agravar ainda mais a ausência de planos de investimentos, de renovação de equipamentos obsoletos, com graves prejuízos para a taxa de crescimento da produção nacional. A interferência perniciososa da política na elaboração de uma estratégia de política econômica está impedindo uma negociação racional da dívida externa e afastando os investidores estrangeiros da mesma forma que inibe os planos de investimento dos empresários nacionais. Se essa situação não for alterada, se não houver uma reversão de atitude e uma compreensão das vantagens que o País pode retirar de uma maior integração com os mercados internacionais, será muito difícil sustentar o processo de desenvolvimento econômico, exatamente como aconteceu na Argentina.

E, de acordo com os empresários, o pacote fiscal de fim de ano vai acabar com o que resta de poupança interna fluindo para as atividades produtivas. Há realmente essa ameaça?

O pacote que acaba de ser aprovado pelo Governo, mas que ao que tudo indica deverá ser alterado, atendendo a sugestões do setor exportador e do mercado financeiro, poderá agravar ainda mais o profundo desequilíbrio que existe hoje entre os diversos setores que compõem o bolo da renda nacional, pelas razões que já comentamos. A redução no ritmo dos investimentos tem levado o Governo a ampliar a sua própria área de atividades em detrimento do setor privado e dos trabalhadores. O déficit público vem crescendo alarmantemente a partir de 1985 e chega ao final deste ano, em termos operacionais, a cerca de 7 por cento do PIB, depois de já ter sido reduzido a 1,6 por cento em 1984. Isto demonstra como o Estado vem ocupando maior espaço na economia e cerceando as possibilidades do setor privado. Na medida em que as empresas procuram manter as suas margens de lucro e os trabalhadores se empenham em conservar e aumentar seus salários reais, essa disputa acaba alimentando o processo inflacionário.

Como esse estado de coisas pode ser modificado?

A primeira coisa que o Governo deveria fazer é a demonstração e o empenho de uma vontade política no sentido de corrigir essas distorções. Essa vontade política é fundamental, porque sem ela não é possível formular uma política adequada para reduzir as dimensões do déficit público e a participação do Estado no domínio econômico. O Brasil sofre de uma doença grave: a do "big government". O primeiro trabalho para corrigir a situação atual tem que começar pela redução das dimensões do Estado.

No meio dessa conjuntura, quais são as perspectivas para 88, levando em conta que o Governo não se mostrou interessado em diminuir o seu tamanho?

Se não houver uma mudança radical na atitude do Governo em relação ao déficit público, à negociação da dívida externa e à recomposição de um clima favorável aos investimentos nacionais e estrangeiros, as perspectivas para 88 não serão diferentes daquelas que marcaram o ano de 87. Pior ainda na medida em que, pela falta de renovação de investimentos estratégicos não se acompanha a modernização dos equipamentos, não se incorporam novas tecnologias à atividade industrial, o resultado será sem dúvida a queda da produtividade e a perda de dinamismo da economia nacional.

A situação internacional, com a possibilidade de uma recessão mundial, não poderia agravar ainda mais esse quadro?

A situação internacional não é das mais favoráveis, mas em verdade não se pode esperar uma crise mundial. Existe hoje uma estreita coordenação na política econômica dos sete maiores países industrializados. Uma preocupação com o crescimento econômico, com o comércio internacional, com o sistema cambial, com o controle orçamentário e com as taxas de juros. Na medida em que ainda houver uma certa expansão do comércio internacional, a manutenção dos níveis atuais das taxas de juros e uma possível melhoria nas relações de trocas, inclusive pela queda dos preços do petróleo, a economia brasileira não deverá ser afetada por fatores externos, embora exista uma grande preocupação em relação aos problemas pendentes no relacionamento do Brasil com os Estados Unidos.